

RELAÇÃO DA UNIDADE FEDERATIVA COM A PRESENÇA DE MALFORMAÇÕES CONGÊNITAS

Malformações congênitas são alterações morfológicas, funcionais, metabólicas, comportamentais ou hereditárias presentes no nascimento. No Brasil, as malformações são a segunda causa de óbitos infantis (24%). Logo, é importante analisar fatores relacionados a essa condição, como Unidade Federativa (UF) de nascimento e residência. O objetivo deste estudo foi relacionar a UF de nascimento e residência à presença de malformações congênitas. Para tanto, utilizou-se a plataforma do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) para coletar dados de 2019 sobre a UF associada à presença de malformações. Foi observado, ao longo do estudo que, quanto à UF de nascimento, o Amapá foi o estado com maior porcentagem de casos de anomalias congênitas (2,43%), seguido por São Paulo (1,71%) e Tocantins (1,53%), contudo, quanto à região do país, o Sudeste foi predominante (1,36%). Sobre a UF de residência, o Amapá apresentou a maior porcentagem de nascimentos com malformações congênitas (2,32%), seguido por São Paulo (1,67%) e Tocantins (1,56%), contudo, quanto à região do país, o Sudeste novamente foi predominante (1,34%). Por fim, este estudo demonstrou que há predomínio de malformações congênitas no Sudeste tanto para nascimento quanto residência, porém uma pesquisa da Universidade Federal de Pernambuco revelou predomínio nas regiões Norte e Nordeste, podendo ser justificável pelas condições socioeconômicas mais baixas dessas regiões, somado ao maior número de subnotificações. Entretanto, o predomínio do Sudeste pode decorrer das altas taxas de comercialização de agrotóxicos, sendo esses responsáveis por aumentar os riscos de teratogenicidade. Ademais, um estudo da região Sul evidenciou anomalias congênitas como principal causa de morte infantil em municípios com elevado índice de desenvolvimento humano. Logo, percebe-se a importância de estudar as variáveis relacionadas a malformações para permitir a elaboração de políticas em saúde para prevenção e tratamento conforme os fatores mais incidentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Saúde Brasil 2013**: uma análise da situação de saúde e das doenças transmissíveis relacionadas à pobreza. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. E-book. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2013_analise_situacao_saude.pdf.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Relatório Nacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. E-book. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_nacional_vigilancia_populacoes_expostas_agrotoxicos.pdf.

DATASUS. Brasília: Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS–DATASUS. 2019a. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/inf10uf.def>.

DATASUS. Brasília: Ministério da Saúde. Departamento de Informática do SUS–DATASUS. 2019b. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinasc/Anomalias/anomabr.def>.

DUTRA, L. S.; FERREIRA, A. P. Tendência de malformações congênitas e utilização de agrotóxicos em commodities: um estudo ecológico. **Saúde Debate**, v. 43, n. 121, p. 390-405, abr./jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201912108>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/5PwnsCcxdtgXTzHQtdrbSMG/?lang=pt>.

KROPIWIEC, M. V.; FRANCO, S. C.; AMARAL, A. R. do. Fatores associados à mortalidade infantil em município com índice de desenvolvimento humano elevado. **Rev. Paul. Pediatr.**, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 391-398, out./dez. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2017;35;4;00006>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/x84JKrDFxCyFwGHKxwx8cFQ/abstract/?lang=pt>.

MOORE, K. L.; PERSAUD, T. V. N.; TORCHIA, M. G. **Embriologia clínica**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SANTOS, E. M. dos. **Malformação congênita no Brasil**: uma análise dos nascimentos e óbitos infantis no período de 2001 a 2015. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Pernambuco, Vitória de Santo Antão, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/26048/1/SANTOS%2c%20Edilma%20Maria%20dos.pdf>.

Palavras-chave: Anormalidades congênitas, Gravidez, Estado.